

PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE: ALGUMAS QUESTÕES PARA REFLEXÃOAline Vieira de Carvalho¹Pedro Paulo A. Funari²

Como tratar do patrimônio, no final da primeira década do século XXI? Diante deste desafio, não pudemos deixar de refletir sobre o tema da diversidade. Desde as últimas décadas do século passado, a variedade humana e ambiental passou a constituir um tema de reflexão de primeira grandeza, assim como de prática política e acadêmica. Isto não foi casual, mas o resultado das transformações sociais profundas, que levaram à emergência de interesses os mais variados, voltados para o respeito e valorização de um valor humano essencial: o respeito às escolhas. Como veremos nestas breves linhas, patrimônio e diversidade transcendem parâmetros tradicionais e relacionam um tema aparentemente abstruso, como o patrimônio, às lides sociais quotidianas.

Em 2005, na Palestra de Abertura Colóquio o Franco-Brasileiro sobre a diversidade cultural³, o até então presidente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Antonio Augusto A. Neto declarou: “a diversidade é o principal bem do Patrimônio Cultural da Humanidade” (Arantes: 2005). A diversidade, para o autor, permite a elaboração e a construção da diferença e da própria identidade, conceitos que norteiam as relações humanas compostas por conflitos e negociações. Mas como seria possível compreender a diversidade como um patrimônio? Para refletirmos sobre a questão é necessário entender a dimensão histórica do próprio conceito de patrimônio cultural.

As línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “aquilo que foi ou pode ser herdado” mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança”. Ao lado destes termos subjetivos e afetivos, que ligam as pessoas aos seus reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais econômica e jurídica, “propriedade cultural”, comum nas línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”. Como a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, ressaltava Carandini (1979: 234).

No final da década de 1980, Joachim Hermann (1989: 36) sugeriu que “uma consciência histórica é estreitamente relacionada com os monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e da consciência históricos”. Não há identidade sem

¹ Pós-doc NEE/UNICAMP.

² IFCH/UNICAMP, NEE/UNICAMP.

³ Evento realizado pelo IPHAN em cooperação com a Biblioteca Nacional da França, nos dias 13 e 14 de Outubro de 2005, em Paris.

memória, como diz uma canção catalã: “aqueles que perdem suas origens, perdem sua identidade também” (Ballart 1997: 43). Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica. Deveríamos, entretanto, procurar encarar estes artefatos como socialmente construídos e contestados, em termos culturais, antes que como portadores de significados inerentes e a - históricos, inspiradores, pois, de reflexões, mais do que de admiração (Potter s.d.).

A leitura da diversidade cultural em monumentos arqueológicos e arquitetônicos, ou mesmo naquilo que consideramos patrimônios intangíveis, também possui historicidade. A compreensão da diversidade cultural como patrimônio, e mesmo as identificações dessa diversidade na materialidade, é uma escolha política, produzida dentro de determinados contextos históricos e que inspira reflexões. O silenciar das leituras acerca da diversidade, seja na cultura material ou em outras formas de expressão humana, auxiliaram a consolidação de regimes totalitários e até mesmo o extermínio daqueles que eram considerados “fora de um padrão desejável”, sendo, por tudo isso, uma experiência traumática para a história da humanidade (Henning, 1995; Olivier, 2005).

Neste viés interpretativo, podemos compreender a declaração de Antonio Augusto A. Neto como uma postura política alinhavada a uma tendência mundial orientada pela Unesco. Esta organização, no ano de 2002, publicou a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Como outros textos da Instituição, a Declaração é considerada como um referencial para a organização das sociedades humanas (Lafer: 2008) que, apesar de serem entendidas como diversas, são concebidas a partir de valores universalistas. A Declaração sobre a Diversidade Cultural reafirma a cultura como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural).

Para uma interação considerada harmoniosa entre as culturas - um dos objetivos que alimenta a existência da própria Organização das Nações Unidas e, portanto da Unesco -, a Declaração sinaliza para a valorização da diversidade cultural. Uma das formas indicadas pela Unesco para a concretização dessa valorização encontra-se no próprio patrimônio cultural,

Toda criação tem suas origens nas tradições culturais, porém se desenvolve plenamente em contato com outras. Essa é a razão pela qual o patrimônio, em todas suas formas, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras como testemunho da experiência e das aspirações humanas, a fim de nutrir a criatividade em toda sua diversidade e estabelecer um verdadeiro diálogo entre as culturas (Artigo 7 – O patrimônio cultural, fonte da criatividade. Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural).

A experiência brasileira a esse respeito, no entanto, nem sempre caminha em direção ao princípio acima estabelecido. Podemos relembrar as comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral nas terras que mais tarde se configurariam como o Brasil. Naquela ocasião, o jurista Joaquim Falcão afirmou, com tristeza, que o “patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casa grande” (Funari e Pellegrini, 2006: 7). A manipulação oficial do passado, incluindo-se o gerenciamento do patrimônio, levava a criação e celebração de memórias bastante específicas. Como resumiu António

Augusto Arantes (1990: 4): ““o patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o re-elaboram de maneira simbólica”.

Como alternativa ao distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios e a consolidação das políticas da diversidade como um patrimônio, a Educação patrimonial apresenta-se como um excelente campo de ação. Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios.

Estes diálogos devem ser elaborados para “permitir a realização de conexões entre a vida cotidiana das pessoas com o processo histórico relatado. Devem providenciar instrumentos para a reflexão” (Vargas e Sanoja, 1990:53). Assim, cada grupo social torna-se capaz de atribuir significados ao próprio patrimônio e ao bem público como um todo. Têm-se um cidadão crítico pronto para a preservação e, principalmente, para transformação tanto de seu entorno como da sociedade.

Dentro do campo da Educação Patrimonial, a Arqueologia pode desenvolver ações que permitam a atribuição de significados à cultura material e aos patrimônios individuais e coletivos. Em outubro de 1990, o Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM – ICOMOS) publicou a *Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. O texto, redigido de forma bastante genérica, e direcionado aos profissionais da área, almejava compor alguns parâmetros e diretrizes para a proteção específica dos vestígios arqueológicos considerados patrimônios.

A definição usada para o patrimônio arqueológico na Carta é bastante ampla. No texto, o patrimônio arqueológico é destacado como composto por patrimônios materiais passíveis de serem lidos ou analisados pela Arqueologia (ICAHM, 1990). De acordo com o texto, o patrimônio arqueológico engloba:

(...) las huellas de la existencia del hombre y se refiere a los lugares donde se ha practicado cualquier tipo de actividad humana, a las estructuras y los vestigios abandonados de cualquier índole, tanto en la superficie, como enterrados, o bajo las aguas, así como al material relacionado con los mismos.(...) (ICAHM, 1990)

Composta por nove artigos, a Carta traz referências específicas ao campo que hoje denominamos como Arqueologia Pública. Em primeiro lugar, o texto afirma que a proteção do patrimônio arqueológico deve ser compreendida como obrigação moral e de responsabilidade coletiva (ICAHM, 1990). É dado aos Estados à incumbência de providenciar fundos para embasar as atividades de proteção do patrimônio. A proteção efetiva e cotidiana, no entanto, é responsabilidade do Estado, mas, também, de toda a sociedade.

Para o envolvimento da sociedade nesta tarefa considerada moral, a Carta estabelece a necessidade de prover o público geral de informações acerca do patrimônio. Não são definidos os moldes da Educação patrimonial. A Carta indica que as especificidades locais devem ser sempre respeitadas e, por isso, não existem fórmulas para ação de preservação e de educação. O único imperativo proposto pelo texto é o de que o passado deve ser mostrado como multifacetado (ICAHM, 1990).

Parte-se do pressuposto, na Carta, de que só é possível preservar o patrimônio através do conhecimento e da afeição. Ao mostrar um passado múltiplo, composto por diversas identidades e passível de muitas interpretações, seria possível criar um número maior de aproximações entre a sociedade no presente e as imagens do passado,

representadas pelo patrimônio. Para a Carta, com a identificação pressupõem-se a preservação.

Contudo, não é sempre que existe a possibilidade de valorização de um imenso leque de identidades relacionadas aos patrimônios, sejam eles arqueológicos ou não. O patrimônio, que é composto por um conjunto de bens de ordem material e imaterial, faz referências às identidades e memórias de diferentes grupos sociais (Soares: 2005). O que pode ser importante e gerador de afeição para um determinado grupo de pessoas, não necessariamente causa a mesma comoção em outro grupo social. Neste sentido, convém a pergunta: seria possível a preservação de um patrimônio por parte de pessoas que não se reconhecem nele?

As respostas à questão são complexas e dividem os especialistas. Dentro dos princípios estabelecidos pela Unesco, é possível afirmar que sem a Educação Patrimonial poucas mudanças referentes à própria cidadania serão implantadas. Por isso, acredita-se, dentro dos princípios da Arqueologia Pública Democrática, que é preciso construir junto com as comunidades o conceito de patrimônio e de bem público. Apenas quando esses conceitos tiverem sentido para os indivíduos será possível alcançar uma preservação efetiva dos patrimônios, sejam eles de quaisquer espécies. O indivíduo precisa compreender que esse patrimônio é importante para alguém. Para Funari e Bastos, “através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural” (Bastos e Funari, 2008: 1131).

São desafios importantes, para todos os que se interessam pelo patrimônio como instrumento para a justiça social. Se isto é relevante em qualquer situação, tanto mais no contexto brasileiro e latino-americano, caracterizado por regimes de força até recentemente (Carvalho e Funari 2009). Uma abordagem pluralista do patrimônio contribui, desta forma, para uma a construção de uma sociedade mais aberta à diversidade.

Agradecimentos

Agradecemos a Josep Ballart, Andrea Carandini, Cristóbal Gnecco, Sandra Akemi Shimada Kishi, Nick Merriman, Laurent Olivier, Charles E. Orser, Jr., Mario Sanoja, Inês Virgínia Prado Soares, Iraida Vargas. Devemos mencionar o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, FAPESP, CNPq e World Archaeological Congress. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

Referências Bibliográficas

ARANTES, A.A. 1990. *La Preservación del Patrimonio como Práctica Social*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

ARANTES, A. A. 2005. “Patrimônio e Produção Cultural”. Disponível no site: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=382> (Acesso: 20/06/2009)

BASTOS, R. L.; Funari, P. P. A, 2008. “Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage”. *Handbook of South American Archaeology*. Silverman, Helaine e Isbell, William H. (orgs). New York: Springer. 1127-1133.

BALLART, Josep. 1997. *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel.

- BYRNE, D. 1991. Western hegemony in archaeological heritage management. *History and Anthropology* 5: 269-276.
- CARVALHO, A.V.; Funari, P.P.A. 2009. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos ditatoriais latino-americanos. In *Memória e Verdade, A justiça de transição no estado democrático brasileiro*, Inês Virgínia Prado Soares, Sandra Akemi Shimada Kishi (Eds), 341-355. Belo Horizonte, Fórum.
- CARANDINI, A. 1979. *Archeologia e Cultura Materiale. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali*. Bari: De Donato.
- CRUZ, M. 1997. Após 80 anos, achado comporá acervo de museu; guardados por décadas em armário, fragmentos arqueológicos ficarão expostos em CHAVANTES. *O Estado de São Paulo*, November the 11th, A, p. 22.
- DURHAM, E. 1984. Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.
- DURRANS, B. 1992. Behind the scenes. Museums and selective criticism. *Anthropology Today*, 8, 4, 11-15.
- FERNANDES, J. R. O. 1993. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *Revista Brasileira de História* 13 (25/26), 265-276.
- FUNARI, P.P.A. 1991. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. *Estudos Ibero-Americanos* 17, 61-71.
- FUNARI, P.P.A. 1994b. Rescuing ordinary people's culture: museums, material culture and education in Brazil. In *The Presented Past, Heritage, museums and education*, P.G. Stone & B.L. Molineaux (eds), 120-136. London: Routledge.
- FUNARI, P.P.A. 1995a. A cultura material de Palmares: o estudo das relações sociais de um quilombo pela Arqueologia. *Idéias* 27, 37-42.
- FUNARI, P.P.A. 1996e. A Arqueologia e a cultura africana nas Américas. In *Raízes da América Latina*, F.L.N. de Azevedo & J.M. Monteiro (eds), 535-546. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp.
- FUNARI, P.P.A. 1996f. Archaeological theory in Brazil: ethnicity and politics at stake. *Historical Archaeology in Latin America* 12, 1-13.
- FUNARI, P.P.A. forthcoming. Historical Archaeology in South America. In *International Handbook of Historical Archaeology*, T. Majewski & C.E. Orser, Jr. (eds.). New York: Plenum Press.
- GARCÍA, J. 1995. Arqueología colonial en el área maya. Aspectos generales y modelos de estudio. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 41-69. Gnecco, C. 1995. Práxis científica en la periferia: notas para una historia social de la Arqueologia colombiana. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 9-22.
- GRAMMONT, G. 1998. Reflexões à beira de uma cratera. *Estado de Minas, Pensar*, January 10th, 3-4.

- GUSSIYER, J. & García, J. n.d. *Los primeros templos cristianos en el área maya: 1545-1585*. Barcelona, unpublished typescript. Haas, J. 1996. Power, objects, and a voice for anthropology. *Current Anthropology* 37, supplement, S1-S22.
- HENNING, H. 1995 “Archaeology in Nazi Germany: the legacy of the Faustian bargain”, pp. 70-81, in: *Nationalism, politics, and the practice of archaeology*, Kohhl, Philip L, and Fawcett, Clare, Cambridge University Press, Cambridge.
- HERMANN, J. 1989. World Archaeology - The world’s cultural heritage. In *Archaeological Heritage Management in the Modern World*, H.F. Cleere (ed.), 30-37. London: Unwin Hyman.
- HUDSON, K. 1994. The Great European Museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter. *Institute of Archaeology Bulletin* 31, 53-60.
- IANNI, O. 1988. *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp.
- ICAHM. *Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico*, 1990. Disponível no site: http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.htm (Acesso: 23/01/2009).
- JONES, A.L. 1993. Exploding canons: the anthropology of Museum. *Annual Review of Anthropology* 22, 201-220.
- LAFER, C. 2008. “Declaração Universal dos direitos humanos”. *História da Paz*. Magnoli, D (org). São Paulo: Contexto.
- LEITE, P.M. 1996. No túnel da História. *Veja*, January 31st, 102-104.
- LIRA, A. 1997. Museu tem cara nova e acervo comprometido. *Estado de Minas*, June the 22nd, p. 42.
- MERRIMAN, N. 1996. Understanding heritage. *Journal of Material Culture* 1, 3, 377- 386.
- MUNARI L.A.S. 1995. Surpresas de ‘Óculum’. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*, September 4th, p.2
- OLIVIER, L., 2005. “A Arqueologia do 3º Reich e a França: notas para servir ao estudo da “Banalidade do Mal” em Arqueologia”, pp.167-195, in: Funari, Pedro Paulo Abreu, Orser, Charles Jr., Schiavetto, Solange Nunes de Oliveira (orgs), *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea*, Annablume-Fapesp, São Paulo.
- ORSER, C.E. 1994. Toward a global historical archaeology: an example from Brazil. *Historical Archaeology* 28, 5-22.
- ORSER, C.E. 1996. *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum.
- ORSER, C.E. & Funari, P.P.A. 1992. Pesquisa arqueológica inicial em Palmares. *Estudos Ibero-Americanos* 18, 53-69.
- POTTER, Jr. P. B. n.d. *Appropriating the victor by addressing the second person*. Unpublished typescript. Reis Filho, N.G. 1978. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- ROCHA, P. 1997. Saqueadores do Patrimônio, Roubo de arte sacra mobiliza Iphan, Polícia Federal e Interpol para inibir ação dos ‘coleccionadores’. *Estado de Minas*, August 3rd, p. 40.

RÚSSIO, W. 1984. Texto III. In *Produzindo o Passado*, A.A. Arantes (ed.), 59-95. São Paulo: Brasiliense.

SOARES, F. C. “Experiências educativas”. *Educação patrimonial: Perspectivas*. Milder, S. E. S. (org). Santa Maria (UFSM): Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas, 2005.

SCHWARCZ, L.M. 1989. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume 1, S. Miceli (ed.), 20-71. São Paulo: Ideps.

Serra, O. 1984. Questões de identidade cultural. In *Produzindo o Passado*, A.A. Arantes (ed.), 97-123. São Paulo: Brasiliense.

UNESCO, 2002. *Declaração Universal sobre a diversidade cultural*. Disponível no site: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> (Data de acesso: 22/01/2009)

VARGAS, I.; SANOJA, M, 1990. Education and the political manipulation of History in Venezuela, in R.MacKenzie & p.Stone (eds), *The Excluded Past*, London, Unwin, 50-60.